

-----**ACTA NÚMERO CINCO**-----

-----**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE, REALIZADA EM TRINTA DE JUNHO DE DOIS MIL E SEIS.**-----

-----Aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e seis, pelas 20:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Belmonte, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal Manuel Tomás Gerales, comigo o Senhor António Manuel Evaristo Duarte primeiro Secretário da Mesa e o Senhor Artur Alberto Mendes de Elvas Segundo Secretário da Mesa.

-----**Eleitos do PS:** Alfredo Guerra Martins, Catarina Alexandra Teixeira Mendes, Joaquim Robalo Amaro, José Martins da Fonseca; -----

-----**Eleitos do PSD:** António Luís Nave D'Elvas, António Pinto Serra, Francisco António Afonso Barata Silveira e José Carlos Dias Duarte Gonçalves; -----

-----**Eleitos da CDU:** João Caio Salgueiro; -----

-----**Presidentes de Juntas eleitos do PS:** António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte, Carlos Manuel Teixeira Amaro Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas e Manuel Firmino Cameira Presidente da Junta de Freguesia de Inguias; -----

-----**Presidentes de Juntas eleitos do PSD:** Paulo Jorge Dias Duarte Gonçalves Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre. -----

-----Em virtude dos membros constituintes da Assembleia Municipal, da lista da CDU Senhora Deputada Ilda Maria Barroso Leal e Maria Dulce Ribeiro Pinheiro terem pedido a suspensão de mandato, por período inferior a 30 dias, em conformidade com o artigo 78º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua última redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, 11 de Janeiro, foi convocado o Senhor João Caio Salgueiro. -----

-----Em virtude do membro constituinte da Assembleia Municipal, da lista do PSD Senhor Deputado Acácio Bernardo Nunes Dias ter pedido a suspensão de mandato, por período inferior a 30 dias, em conformidade com o artigo 78º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua última redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, 11 de Janeiro, foi convocado o Senhor António Manuel Novais Teixeira. -----

-----Em virtude do membro constituinte da Assembleia Municipal, da lista do PS Senhor Deputado Joaquim Robalo Amaro ter pedido a suspensão de mandato, por período inferior a

30 dias, em conformidade com o artigo 78º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua última redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, 11 de Janeiro, foi convocado o Senhor Eduardo Carlos Reis Gomes. -----

-----**O Senhor Presidente Assembleia** após ter verificado que existia quórum deu início à sessão e leu o edital que deu origem à convocatória, informou que a Digníssima Assembleia iria funcionar com 16 presenças, registando-se a ausência da Senhora Deputada Maria Manuela Martins Sampaio, Maria da Graça Pedruco Paulo Amaro, do Senhor Deputado António Manuel Novais Teixeira e do Vitor Manuel Mendes Alves Presidente da Junta de Freguesia de Caria. -----

-----De seguida leu a ordem de trabalhos que, que se transcreve: -----

-----1 - Aprovação da acta da sessão anterior;-----

-----2 - 1º Período de intervenção dos senhores munícipes;-----

-----3 - Período antes da ordem do dia; -----

-----4 - Período da ordem do dia; -----

-----4.1 - Informações do Presidente sobre a actividade municipal e situação financeira do município; -----

-----4.2 – Proposta à Câmara Municipal para criação de uma Comissão Municipal de Toponímica;-----

-----4.3 – Proposta à Câmara Municipal para elaboração de um Programa de Apoio ao Associativismo;-----

-----4.4 – Transferências de competências da gestão das Piscinas Municipais das Vilas de Belmonte e Caria, para as respectivas Juntas de Freguesia;-----

-----4.5 – Indicação de um elemento da Assembleia Municipal, para fazer parte da Comissão de Nível Concelhio, estabelecida no artigo 7.º da Lei n.º 12/2004, de 30 de Março e Portaria n.º 518/2004, de 20 de Maio;-----

-----5 – 2º Período de intervenção dos Senhores Munícipes. -----

-----**1 - APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:**-----

-----**LEITURA E APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2006.** -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** submeteu o documento à discussão, dando a palavra ao Senhores Deputados que após algumas rectificações feitas, votaram por maioria aprovar a acta da sessão ordinária realizada em 27 de Abril de 2006, com 14 votos a favor e

2 abstenções do Senhor Deputado Eduardo Carlos dos Reis Gomes e do Senhor Deputado João Caio Salgueiro, por motivo de ausência na referida sessão. -----

-----De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** informou Assembleia que através de informação escrita tinha sido dado conhecimento da correspondência recebida e expedida.

-----

-----De seguida informou a Assembleia da recepção de um ofício do Senhor Presidente da Administração Regional de Saúde da Região Centro do qual iria dar conhecimento do seu conteúdo no período de antes da ordem do dia. -----

-----**2 – 1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNICÍPES:** -----

-----O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao público presente, não tendo havido qualquer intervenção. -----

-----**3 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

-----O **Senhor Presidente da Assembleia** declarou que estavam abertas as inscrições para o período antes da ordem do dia. -----

-----O **Senhor Deputado** João Caio Salgueiro (CDU) apresentou uma moção intitulada “Em defesa dos Serviços de Saúde”. -----

-----“**Moção:** -----

-----O acesso a um serviço de saúde universal e de qualidade é um direito constitucionalmente consagrado, ainda que frequentemente a prática se afaste da norma.

-----

-----É o caso da anunciada reestruturação da rede de cuidados de saúde primários, que na senda política anteriormente seguida, tem vindo a determinar por todo o país e em particular no interior, o encerramento de centros de saúde ou a diminuição do seu horário de funcionamento, a liquidação de extensões de saúde e SAP`s (Serviços de Atendimento Permanente) em nome do combate ao deficit. Tal prática, diga-se o que se disser, agrava as condições de acesso aos cuidados de saúde sobretudo por parte daqueles que têm menos recursos ou que vivem mais longe dos meios urbanos sendo ainda intolerável que este tipo de decisões, pelos impactos que acarreta, e à semelhança de outras, tenham vindo frequentemente a ser tomadas nos gabinetes, à revelia dos eleitos e população e desprovidas da apresentação de alternativas credíveis que garantam mais e não menos direitos para os utentes nomeadamente em matéria de acessibilidade e qualidade. -----

-----Como é sabido, Belmonte possui Centro de Saúde com SAP (Serviço de Atendimento Permanente) instalado na sede de Concelho e várias extensões de Saúde situadas nas localidades de Caria, Colmeal da Torre, Inguias, Maçainhas, Carvalhal Formoso, Monte do Bispo e Gaia. Tais serviços, apesar das carências e dificuldades existentes, fruto do desinvestimento que se tem verificado nos últimos anos, representam uma importante conquista do concelho e da sua população prestando um inestimável serviço pela proximidade dos mesmos seja pelo empenho de médicos, enfermeiros e auxiliares, constituído um importante factor de coesão social e territorial. -----

-----É pois a pensar na qualidade de vida da nossa população, nas condições sócio demográficas que caracterizam o nosso Concelho e nas debilidades existentes, de que é exemplo a ausência de uma rede de transportes urbanos, que qualquer movimento de reestruturação visando o encerramento de serviços de saúde, constituiria um profundo golpe e um grave retrocesso no acesso à saúde e seria responsável pelo agravamento de problemas estruturantes como a desertificação humana de grande parte do território concelhio. -----

-----Se é certo que “mais vale prevenir que remediar”, igualmente certo e estabelecido na Lei é o dever desta Assembleia Municipal representar e defender os interesses da população. É pois neste sentido que a Assembleia Municipal de Belmonte, reunida em 30 de Junho de 2006, delibera: -----

-----Manifestar a defesa dos serviços de saúde existentes em Belmonte com as valências actualmente existentes, nomeadamente do SAP (Serviço de Atendimento Permanente); --

-----Exigir mais investimento em meios técnicos e humanos visando a melhoria na prestação de cuidados de saúde.-----

-----O Eleito da CDU”. -----

-----De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Paulo Jorge Dias Duarte Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre que apresentou a seguinte moção: -----

-----“**Moção:**-----

-----A freguesia de Colmeal da Torre, na defesa dos seus habitantes, manifesta-se preocupada com a possibilidade de encerramento dos serviços de atendimento Locais de Saúde. Tal encerramento não deverá – nem poderá – colocar em causa as responsabilidades essenciais do Estado e da Autarquia. -----

Desde logo ao nível da garantia da acessibilidade das populações a esses serviços de primeira necessidade. -----

-----Assim, quaisquer medidas, a serem implementadas, devem ter, sempre, como pressuposto, uma melhoria ou manutenção dos serviços prestados às populações. -----

-----Na certeza de que o acesso aos cuidados de saúde é, não só um direito constitucionalmente consagrado, mas ainda um investimento social, em que se deve ter em conta os princípios da universalidade e da equidade, consideramos que a rede concelhia de serviços de saúde deve assegurar a todos os cidadãos cuidados de saúde eficazes e de qualidade. No que diz respeito o Colmeal da Torre dispomos de um Posto Médico totalmente equipado e com excelentes condições para utentes e profissionais. -----

-----Neste âmbito é inquestionável que as unidades de saúde que estão mais próximas dos cidadãos – Extensões e Centros de Saúde – devem servir, principalmente, as suas necessidades quotidianas e não obedecer a critérios exclusivamente economicistas ou de gestão centralizada de recursos humanos. -----

-----Com este suposto encerramento coloca-se de imediato o problema da acessibilidade física, na sua dupla vertente de mobilidade e custos para os utentes, não podendo deixar de ser equacionada para as decisões a tomar para a melhoria da prestação de cuidados de saúde. -----

-----Deve em todo caso ser imediatamente desencadeado um processo de auscultação das populações e dos seus representantes democraticamente eleitos, e partir do pressuposto que o facto consumado é inaceitável no quadro democrático em que vivemos. -----

-----Assim, solicitamos por escrito, ao Senhor Presidente da Câmara, urgentes e rigorosos esclarecimentos sobre os fundamentos, conteúdo e objectivos das políticas de saúde que suportam este tipo de decisões, potencialmente lesivas dos interesses imediatos dos munícipes do Concelho de Belmonte e muito particularmente do Colmeal da Torre. -----

-----A Junta de Freguesia de Colmeal da Torre manifesta a sua total disponibilidade para se encontrarem soluções estáveis e globais num quadro de um Sistema Local de Saúde, e, numa base de diálogo construtivo e cooperação institucional, que salvguarde a reversibilidade das medidas tomadas, se elas se revelarem ineficazes, inadequadas e objectivamente gravosas para o inadiável direito da População do Concelho de Belmonte aos cuidados de saúde. -----

-----No âmbito da melhoria da prestação de cuidados de saúde e tendo em conta a necessária racionalização de meios, os responsáveis da Maioria Socialista deverão, conforme promessas eleitorais, proporcionar o alargamento do horário de atendimento complementar, sem marcação prévia de consulta do serviço de enfermagem, da criação de um serviço de cuidados continuados de saúde e ainda de um serviço de atendimento domiciliário às populações. -----

-----Estamos conscientes da urgência do estabelecimento de um quadro concelhio de referência na área da saúde pública, adequado às necessidades locais e ao desenvolvimento futuro do município, mas certos de não poder-mos aceitar que o Colmeal da Torre possa prescindir do seu posto médico. Exigimos por isso a actuação consentânea dos poderes autárquicos.” -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** após a apresentação das moções deu conhecimento à Assembleia do conteúdo do ofício dirigido aos membros da Assembleia Municipal de Belmonte por parte da Administração Regional de Saúde da Região Centro. -

-----Disse ainda o seguinte: -----

-----“Entendo que esta questão deve ser discutida de uma forma abrangente, envolvendo parceiros sociais e as autarquias. No que respeita ao encerramento das extensões de saúde, foi-me transmitido que possivelmente poderão vir a encerrar as extensões que tenham menos de 1350 utentes, ou seja no concelho de Belmonte, temos Caria com 1408 utentes e todas as outras extensões têm menos de 1350 utentes. No caso da freguesia de Colmeal da Torre esta está bem servida porque tem uma consulta por cada 300 utentes ou seja duas consultas semanais o que equivale a 520 utentes, nos casos de Maçainhas, Inguias, Carvalhal, Monte do Bispo e Gaia estão beneficiadas relativamente ao que está preconizado e entendo que não faz sentido reduzir o número de consultas semanais nestas localidades. É este o panorama dos cuidados de saúde a nível do concelho de Belmonte. -----

-----A nível de enfermagem, a minha opinião é que somos um concelho distinto, uma vez que temos cuidados de enfermagem todos os dias, em todas as extensões do concelho e ainda, em mais três postos de enfermagem, nomeadamente, Malpique, Quinta Cimeira e Olas, comparativamente com todos os outros concelhos do Distrito de Castelo Branco, estamos numa situação privilegiada. -----

-----Sobre as moções apresentadas quero dizer que vou votar favoravelmente uma vez que concordo com ambas e porque estas moções manifestam a defesa de um bem-estar que é a

saúde. Sugiro ainda que antes das extensões de saúde encerrarem, porque tudo aponta para isso, teremos que arranjar alternativas para que as populações não saiam defraudadas.” -

----- **O Senhor Deputado** António Luís Nave D` Elvas, no âmbito da explicação dada pelo Senhor Presidente da Mesa solicitou esclarecimentos, questionando: -----

“O que na sua opinião é possível fazer para minorar esses aspectos de perda substancial para as populações? E saber também qual é a perspectiva do Senhor Presidente da Câmara sobre esta problemática, e qual é a sua disponibilidade na resolução deste problema.”-----

-----**O Senhor Deputado** José Martins da Fonseca (PS) disse o seguinte:-----

-----“Contrariamente a rumores temos que folgar pela seriedade e realismo que me parece presidir as propostas que aqui foram feitas. Hoje, folgo de não ver grande panfleto, mas sim uma forma séria de encarar as questões, dificuldades e anseios da população do concelho. Em relação à moção, que me parece ser uma recomendação, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre, obviamente que estamos dispostos a votar favoravelmente, pela sua ponderação e porque não entram demagógicamente a fazer exigências, exige-se sim melhoria de qualidade, pelo que nos dispomos a colaborar para encontrar a melhor e mais célere forma de resolução deste problema tão sério, que é o da saúde.” -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** respondeu às questões colocadas: -----

-----“Quando as extensões de saúde foram abertas, Belmonte tinha oito médicos, dez enfermeiros, neste momento tem cinco médicos, cinco enfermeiros e catorze administrativos. No meu entender assim não é possível manter níveis de qualidade para prestar cuidados médicos, como gostaríamos às populações. É muito provável que a criação da unidade de saúde familiar seja uma realidade, se o for, vamos melhorar substancialmente os cuidados de saúde, porque a própria filosofia obriga que sejam prestados cuidados de saúde a todas as pessoas no próprio dia, e também obriga a que haja substituição, no caso de o médico estar impedido de exercer, os seus doentes terão que ser vistos no próprio dia por outro médico.”-----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal** disse:-----

-----“Na minha opinião pessoal, estamos todos de acordo e temos que defender aquilo que são os interesses legítimos das populações. Acredito no projecto das extensões, do qual sou um defensor acérrimo, debato-me pela sua manutenção, para que se mantenha este modelo de assistência médica. Não nos escusaremos a esforços para passar a mensagem,

que reconhecemos neste modelo e saber de que forma se substitui este modelo por outro mais eficaz para as nossas populações.” -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que em primeiro lugar se iria votar a moção apresentada pela CDU, pelo que foi aprovada por unanimidade. De seguida pôs a votação a moção apresentada pelo Senhor Paulo Jorge Dias Duarte Gonçalves Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre tendo sido também aprovada por unanimidade. -

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** passou ao período da ordem do dia. -----

-----**4 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

-----**4.1 - INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO;** -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para eventuais esclarecimentos, que considere convenientes.-----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberto o período de discussão do ponto acima referido dizendo que estava disponível para responder às dúvidas que lhe fossem colocadas. -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** deu como aberto o período de discussão do ponto em questão, dando a palavra aos senhores deputados. -----

-----**O Senhor Deputado** António Luís Nave D`Elvas (PSD) disse que gostaria de ser esclarecido quanto ao diagnóstico social, uma vez que o mesmo já tinha sido aprovado e quem procedeu a sua aprovação, dado ser um documento fundamental para a prossecução de resolução de problemas sociais. -----

-----**O Senhor Deputado** João Caio Salgueiro (CDU) colocou a seguinte questão ao Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----

-----“Quais as empresas que iram ser instaladas no Parque Empresarial/Industrial em Belmonte – Gare, que actividades iram desenvolver e quantos postos de trabalho iram ser criados, aproximadamente”. -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal** começou por responder à questão colocada pelo senhor deputado do PSD, dizendo que o diagnóstico social do Concelho de Belmonte teve a sua aprovação no órgão próprio, que é o CLAS. -----

-----No que concerne à questão colocada pelo senhor deputado da CDU disse que o Parque Empresarial e Industrial de Belmonte, de acordo com as candidaturas terá empresas com

uma diversidade de actividades, nomeadamente, na área do mobiliário, oficina auto e uma empresa de oleicultura, são pequenas e medias empresas de carácter familiar. -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

-----

-----**4.2 – PROPOSTA À CÂMARA MUNICIPAL PARA CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMICA;** -----

-----**O Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues** Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte disse: -----

-----“Fiquei surpreendido com a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos. Esta proposta faz parte do meu programa eleitoral e do plano de actividades da Junta de Freguesia para este ano. Interpreto isto como sendo um reconhecimento pelas nossas ideias e pelas nossas preocupações, mas aquilo que me traz aqui é o facto de não haver diálogo e articulação entre os vários organismos que tutelam esta matéria, uma vez que já estamos a trabalhar nisto há algum tempo e não vejo necessidade de haver duplicação de esforços relativamente a este levantamento. Pelo que, se esta proposta vier a ser aprovada a Junta de Freguesia de Belmonte irá parar com o trabalho que tem vindo a desenvolver até aqui.”

-----

----- **O Senhor Deputado** António Luís Nave D`Elvas (PSD) em relação ao ponto em discussão fez algumas considerações: -----

-----“A Comissão Permanente propôs a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos, porque algumas ruas e praças do nosso concelho não têm nomes e outras têm nomes que nada têm a ver com a história do local. Pelo que, no nosso entender terá que haver um critério objectivo e participado no sentido de homenagear algumas pessoas que foram dando contributos para este concelho. Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte, devo dizer-lhe esta é uma competência da Câmara Municipal e não das Juntas de Freguesia, a menos que lhe sejam delegadas competências, portanto é à Câmara Municipal que compete fazer o trabalho de atribuição de nomes às ruas e praças deste concelho. O que se pretendia com esta iniciativa era que a Câmara Municipal nomeasse uma comissão que fizesse o estudo das praças e ruas de forma a atribuir méritos àqueles possam ter contribuído para o desenvolvimento deste concelho.” -----

-----**O Senhor Deputado** José Martins da Fonseca (PS) relativamente ao ponto em discussão disse: -----

-----“Efectivamente é da competência da Câmara Municipal a nomenclatura das ruas e praças do concelho. Nomenclatura que irá ajudar a definir critérios que enobreçam a Vila nomeadamente, pela evocação das pessoas que fizeram o seu passado e que ajudaram a construir o futuro. Relativamente à utilização de nomes de pessoas em vida, por uma questão de princípio achamos, que não devem ser alvo de homenagem, terá que se deixar passar tempo para que se veja qual foi o decisivo contributo e a honra que dá essa personagem ao local.” -----

-----**O Senhor Deputado** João Caio Salgueiro (CDU) disse que a CDU estava de acordo com a criação da Comissão Municipal de Toponímica e que a constituição desta, para além dos membros representantes da Assembleia Municipal deveria também ser composta por outras entidades competentes na matéria. -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que iria por à votação o ponto em discussão como recomendação à Câmara Municipal e não como proposta, pelo que a Assembleia deliberou por unanimidade aprovar o documento em questão. -----

#### ----- **4.3 – PROPOSTA À CÂMARA MUNICIPAL PARA ELABORAÇÃO DE UM PROGRAMA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO;** -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberto à discussão o ponto acima referido. -----

-----**O Senhor Deputado** António Luís Nave D`Elvas (PSD) disse: -----

-----“Entendemos, com a proposta da inclusão, à Comissão Permanente, deste ponto, colmatar alguns aspectos que nos parecem oportunos e relevantes. O associativismo tem carências e precisa de apoio. O voluntariado está em declínio é preciso reavivar as colectividades para que possam ter ânimo para servir as populações no âmbito a que se propõem fazê-lo. O PSD elaborou um documento com base em informação retirada de outros regulamentos existentes, que posteriormente entregou aos membros da comissão permanente, para que o pudessem analisar. Vamos deixar este documento formalmente ao Senhor Presidente da Assembleia para o fazer chegar a todas as colectividades do concelho, para que se pronunciem e para que no final se possa fazer uma jornada de trabalho com as colectividades, trazendo entidades ao concelho que possam coadjuvar as associações na atribuição de subsídios, a nível dos programas que existam de apoio ao associativismo e no final podermos fazer o nosso próprio tratamento do programa de apoio ao associativismo.

-----A necessidade de acabar com a ideia que as colectividades são subsidiadas e criar a

ideia que são apoiadas é o primeiro conceito relevante para que se possa mudar esta mentalidade. É necessário obrigar as colectividades a prestar contas das verbas que recebem da autarquia, é necessário estabelecer critérios objectivos para que as colectividades possam saber candidatar-se a um conjunto de apoios e financiamentos que doutra forma não o conseguiriam.” -----

-----**O Senhor Deputado** José Martins da Fonseca (PS) disse: -----

-----“Obviamente que tudo quanto seja criar critérios isentos e o mais universais possíveis de actuação e de exigência comprazo-nos, por isso não nos impusemos à inclusão deste ponto na ordem trabalhos. Por isso entendemos este ponto como mera recomendação à Câmara Municipal para elaboração de um programa de apoio ao associativismo com a preocupação que tudo seja muito transparente e democrático.” -----

-----**O Senhor Carlos Manuel Teixeira Amaro** Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas disse que votaria favoravelmente a recomendação apresentada. -----

-----**O Senhor Deputado** João Caio Salgueiro (CDU) declarou que votava favoravelmente a recomendação e que os deputados da CDU estavam disponíveis para incorporar um grupo de trabalho no sentido debater e criar condições ao desenvolvimento do associativismo no concelho. -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** declarou que iria por à votação o ponto em discussão como recomendação à Câmara Municipal, tendo a Assembleia aprovado por unanimidade o documento em questão. -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que a câmara municipal tem em vigor um programa de apoio ao associativismo com regras pré estabelecidas no que concerne à atribuição das verbas às associações. -----

#### -----**4.4 – TRANSFERÊNCIAS DE COMPETÊNCIAS DA GESTÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DAS VILAS DE BELMONTE E CARIA, PARA AS RESPECTIVAS JUNTAS DE FREGUESIA;** -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** disse que estavam abertas as inscrições para análise e discussão do ponto supra citado. -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal** relativamente ao ponto em discussão esclareceu que se tratava apenas da renovação dos protocolos já existentes entre as juntas de freguesia e a câmara municipal e que não tinha havido nenhuma alteração. -----

-----**O Senhor Carlos Manuel Teixeira Amaro** Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas referiu que iria votar contra a transferência de competências da gestão das

piscinas municipais, pelo facto de estar incluído no ponto 2 do artigo 6º que diz “No caso de défice de exploração, o Município de Belmonte compromete-se a suportar o pagamento do saldo negativo, o qual é entregue à Junta de Freguesia de ...”. Questionou o Senhor Presidente da câmara municipal de qual iriam ser as contrapartidas dadas às juntas de freguesia que não tinham piscinas. -----

-----**O Senhor Paulo Jorge Dias Duarte Gonçalves** Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre disse que estava de acordo com a posição tomada pelo Senhor Carlos Teixeira, pelo que propôs que as restantes juntas de freguesia que não têm piscinas recebem-se valor idêntico ao que vão receber as juntas de freguesia de Belmonte e Caria caso as piscinas municipais dêem lucro. Disse ainda que se vier a concretizar esta situação as juntas de freguesia de Colmeal da Torre, Maçainhas e Inguias estavam as ser duplamente prejudicadas uma vez que não tinham piscinas e não recebiam qualquer parte do valor dos lucros obtidos. -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal** referiu que havia uma má interpretação do protocolo esclareceu: -----

-----“É certo que o protocolo prevê no caso de haver prejuízos como resultado de substituição de equipamentos das piscinas, que a câmara teria que substituí-lo na medida que entendíamos que as piscinas tinham no mínimo uma abrangência concelhia. Havia a necessidade de salvaguardar prontamente algum acontecimento que viesse a provocar um défice na gestão das piscinas e que as juntas não poderiam suportar. Independentemente disso o protocolo prevê a constituição de um fundo com base nos proveitos obtidos, que sirva para fazer a gestão em caso de défice.” -----

-----**O Senhor Deputado** António Luís Nave D`Elvas (PSD) disse: -----

-----“Parece-nos razoável que haja delegação de competências nas juntas, nesta como em outras áreas. Se bem que dada a existência de uma empresa municipal que foi criada para esse efeito, a gestão dessas infra-estruturas à semelhança de outras poderiam ser delegadas nas juntas ou geridas pela empresa municipal, uma vez que por esse critério também se podia delegar nas juntas a gestão dos museus. Entendo que de facto tem que ser criado um fundo constituído autonomamente, com depósitos autónomos, com gestão autónoma e que seja daí que saia o dinheiro para as obras necessárias nestas infra-estruturas. “-----

-----**O Senhor Carlos Manuel Teixeira Amaro** Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas referiu que na sua opinião deveria ser entregue o relatório anual das contas das

piscinas às restantes juntas de freguesia, de forma a perceber como são avaliados os prejuízos acumulados por estas.-----

-----**O Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues** Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte disse:-----

-----“Relativamente a esta matéria, infelizmente acabei de assistir a declarações, que mostraram claramente que não percebem nada do que é a gestão das piscinas municipais. Mais do que isso é grave porque parece que puseram em causa a gestão destas. Pois devo dizer-lhe que na junta de freguesia de Belmonte tudo se passa com clareza e com transparência, as piscinas todos os anos são objecto de um relatório que é aprovado no executivo, rectificado na assembleia de freguesia e posteriormente é enviado à Câmara Municipal. Por isso posso dizer que não aceitaremos as piscinas municipais se for retirado o ponto 2 do artigo 6.º do protocolo. -----

-----Não estamos agarrados às piscinas municipais, se as quiserem passar para a tutela da empresa municipal, pessoalmente não me oponho, porque de facto estas não dão lucro, pelo contrário passamos o verão «com o coração nas mãos» temendo pela segurança das crianças que a frequentam, porque é por estas que não nos importamos de gastar dinheiro, desde que consigamos zelar pela sua segurança.-----

-----Relativamente ao relatório de contas das piscinas, quando quiserem ter acesso a este documento estamos perfeitamente à vontade para o facultar.”-----

-----**O Senhor Deputado José Martins da Fonseca** (PS) disse:-----

-----“Relativamente a este assunto ocorre-nos dizer que as piscinas são sempre um grande encargo a não ser que haja alguém que as pague. Mas são um benefício para as populações e nesta situação as populações das freguesias que não têm piscina, obviamente que também podem beneficiar das piscinas dos outros. O que temos de encontrar aqui são critérios justos para suportar esses custos, sem prejudicar ninguém. Parece-me que a questão que se põe é mais o critério de controlo de fundos e das contas, do que propriamente o resto.

-----Liminarmente não tenho nada contra o protocolo mas gostaria que ele estivesse suportado por regras muito transparentes e imparciais, pelo estou solidário com os restantes presidente de juntas que não têm esse benefício.”-----

-----**O Senhor Deputado António Luís Nave D`Elvas** (PSD) em defesa da honra disse: ----

-----“Folgo que o Senhor Presidente perceba muito de piscinas e que as saiba gerir, por que eu de facto não tenho essa experiência. Admito que a piscina seja uma fonte de prejuízo se

estiver aberta no inverno, mas se estiver apenas aberta no verão não pode dar prejuízo e se o dá e porque alguma coisa está mal. Os custos de manutenção de uma piscina com aquele tamanho, com aquele volume de água e com uma cobertura daquele tipo tem custos enormes, custos que provavelmente a junta não pode suportar ou que se são eventualmente muito dispendiosos. Mas a população tem direito a ter piscina no Inverno e se aquele tipo de cobertura não serve, há que arranjar outra solução qualquer. Por último deixe-me dizer-lhe Senhor Presidente que acredito que a gestão é séria.” -----

-----**O Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues** Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte disse: -----

-----“De facto que as piscinas tem dado prejuízo por um razão, abrem regularmente no último fim-de-semana de Junho ou no primeiro de Julho e estão abertas até a primeira semana de Setembro, pelo que os encargos durante este período são permanentes, o pessoal, os produtos para a água e a energia têm que estar sempre presentes quer haja pessoas ou não. O saldo é positivo mais ou menos entre segunda quinzena de Agosto e a primeira Julho, porque durante o resto do período é negativo derivado há afluência ser menor.” -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** declarou que se iria passar à votação do ponto em discussão pelo que a Assembleia deliberou, por maioria, com 11 votos a favor, 4 votos contra e 1 abstenção aprovar o documento em questão. -----

-----**O Senhor Deputado** José Martins da Fonseca (PS) apresentou uma declaração de voto: -----

-----**Declaração de voto:** -----

-----“É óbvio que temos que ser solidários com as desigualdades, há Juntas de Freguesia que não têm piscina e que provavelmente até é um benefício, mas também é óbvio que tudo tem que ter a máxima transparência e é desejável que na próxima época haja um consenso com as outras Juntas de Freguesia. Não podíamos neste momento inviabilizar a época balnear e por isso votamos a favor sem reservas salvo a desta declaração de voto.”

-----**4.5 – INDICAÇÃO DE UM ELEMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, PARA FAZER PARTE DA COMISSÃO DE NÍVEL CONCELHIO, ESTABELECIDO NO ARTIGO 7.º DA LEI N.º 12/2004, DE 30 DE MARÇO E PORTARIA N.º 518/2004, DE 20 DE MAIO;** -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** declarou abertas as inscrições relativamente ao ponto 4.5 – Indicação de um elemento da Assembleia Municipal, para fazer parte da

Comissão de Nível Concelhio, estabelecida no artigo 7.º da Lei n.º 12/2004, de 30 de Março e Portaria n.º 518/2004, de 20 de Maio. -----

-----**O Senhor Deputado** Alfredo Guerra Martins (PS) apresentou o Senhor António Manuel Evaristo Duarte primeiro Secretário da Mesa, como elemento do PS a fazer parte da comissão. -----

-----**O Senhor Deputado** João Caio Salgueiro (CDU) disse ter em seu poder um parecer da ANMP com o qual a CDU concorda e pelo que propõe à câmara municipal que retire da ordem de trabalhos o ponto em discussão. -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal** disse ter conhecimento do parecer da ANMP, mas que não retiraria o ponto da ordem de trabalhos, porque se o fizesse estaria a infringir a lei, uma vez que este prevê que haja lugar a eleições. -----

-----**O Senhor Deputado** António Luís Nave D`Elvas (PSD) disse: -----

-----“Queria apenas fazer uma referência à forma como foi apresentado o candidato do PS, como sendo o elemento a integrar essa comissão, quando o elemento apenas a integrará depois de votado favoravelmente, pelo que o PSD não apresenta candidato à comissão.” -

-----**O Senhor Deputado** José Martins da Fonseca (PS) disse: -----

-----“Não se foi deselegante nem malcriado na apresentação do candidato, o candidato apresenta-se indicando o nome. -----

-----Em relação à proposta da CDU, independentemente de se concordar ou não, parece-me que é necessário preencher o requisito legal, só por isso, para que não haja uma desobediência cívica, obviamente que não queremos ver a comissão vazia em termos formais. -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** propôs à votação a retirada da proposta da ordem de trabalhos, tendo a Assembleia deliberado por maioria votar contra a retirada, pelo que se passou à eleição do membro a representar a comissão. -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que a votação iria ser feita por escrutínio secreto, nos boletins de voto devem ser inscritas as palavras Sim ou Não ou voto em Branco uma vez haver só um candidato. De seguida procedeu-se à chamada dos membros da Assembleia Municipal isoladamente, entregou-se o respectivo boletim de voto, e procedeu-se à votação. Tendo a Assembleia deliberado, por maioria, com 11 votos a favor, 1 voto contra e 4 abstenções, eger o Senhor António Manuel Evaristo Duarte, para fazer parte da Comissão supra citada. -----

-----5 – 2º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNÍCIPES; -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público presente tendo intervindo o Senhor Munícipe José Armando Amaro dos Santos. -----

-----O Senhor José Armando Amaro dos Santos questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre em que situação se encontrava a Revisão do PDM, e para quando a discussão pública, se é que a vai haver. Gostaria também de o questionar relativamente se tem conhecimento de alguma mudança no que concerne à reserva ecológica e se sabe quais os pontos que vão ser contemplados nessa mudança? -----

-----O Senhor Presidente da Câmara esclareceu o Senhor munícipe dizendo: -----

-----“Relativamente à Revisão do PDM do Concelho de Belmonte não há dados novos, continuamos na avaliação dos problemas, está a ser feita por uma equipe contratada para o efeito. Em relação à alteração da reserva ecológica o conhecimento que tenho sobre esta matéria foi através da comunicação social, pelo quem não tenho nenhuma informação para além dessa.” -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia propôs a aprovação de todas as deliberações em minuta, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade.-----

E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada esta reunião, da qual eu, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário da Mesa, redigi, subscrevi e assino a presente acta.